



**UNIVERSIDADE SALVADOR – UNIFACS**  
**DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA E ARQUITETURA**  
**MESTRADO EM REGULAÇÃO DA INDÚSTRIA DE ENERGIA**

**LUÍS GUSTAVO VILAS BÔAS DE SENA**

**ESTUDO COMPARATIVO ENTRE OS REGIMES JURÍDICOS  
DE CONCESSÃO E DE AUTORIZAÇÃO APLICADO AO  
TRANSPORTE DUTOVIÁRIO DO GÁS NATURAL NO BRASIL**

Salvador  
2008

**LUÍS GUSTAVO VILAS BÔAS DE SENA**

**ESTUDO COMPARATIVO ENTRE OS REGIMES JURÍDICOS  
DE CONCESSÃO E DE AUTORIZAÇÃO APLICADO AO  
TRANSPORTE DUTOVIÁRIO DO GÁS NATURAL NO BRASIL**

Dissertação apresentada ao Mestrado em  
Regulação da Indústria de Energia, Universidade  
Salvador – UNIFACS, como requisito para obtenção  
do grau de Mestre.

Orientador: Prof. Dr. Eledir Vitor Sobrinho

Salvador  
2008

FICHA CATALOGRÁFICA

(Elaborada pelo Sistema de Bibliotecas da Universidade Salvador - UNIFACS)

Sena, Luís Gustavo Vilas Bôas de  
Estudo comparativo entre os regimes jurídicos de concessão e de  
autorização aplicado ao transporte dutoviário do gás natural no Brasil / Luís  
Gustavo Vilas Bôas de Sena. – Salvador, 2008.  
67 f.

Dissertação (mestrado) - Universidade Salvador – UNIFACS. Mestrado  
em Regulação da Indústria de Energia, 2008.

Orientador: Prof. Dr. Eledir Vitor Sobrinho.

1. Gás natural – Legislação - Brasil. 2. Gás natural - Brasil - Transporte.  
3. Gás natural - Brasil – Concessão. I. Sobrinho, Eledir Vitor, orient. II.  
Título.

CDD: 665.7

TERMO DE APROVAÇÃO

LUÍS GUSTAVO VILAS BÔAS DE SENA

ESTUDO COMPARATIVO ENTRE OS REGIMES DE CONCESSÃO E DE  
AUTORIZAÇÃO APLICADOS AO TRANSPORTE DUTOVIÁRIO DE TRANSPORTE  
DO GÁS NATURAL NO BRASIL

Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em  
Regulação da Indústria de Energia, Universidade Salvador – UNIFACS, pela  
seguinte banca examinadora:

Eledir Vitor Sobrinho – Orientador \_\_\_\_\_  
Doutor em Engenharia Química, Universidade Federal de São Carlos - UFSCAR

\_\_\_\_\_  
Doutor em \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
Doutor em \_\_\_\_\_

Salvador, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2008.

## RESUMO

O presente trabalho estuda o transporte do gás natural através de dutos, mediante a análise dos regimes de concessão e autorização a ele aplicados, à luz do Direito Administrativo brasileiro, por meio de revisão bibliográfica. À primeira vista, tem-se que a legislação vigente estabeleceu o regime da autorização como o mais adequado a essa atividade, enquanto que o clamor da indústria é justamente o diametralmente oposto: a adoção do regime de concessão para os interessados em ingressar na atividade de transporte dutoviário do gás. Essa dicotomia influi diretamente no desenvolvimento da indústria, tendo em vista que a autorização não é capaz de conferir aos agentes do setor a mesma segurança jurídica passível de ser alcançada pela concessão. Por essa razão, este estudo estabelece a diferenciação entre os dois regimes, tomando-se por base as peculiaridades inerentes à indústria gasífera, bem como por meio da análise dos comandos normativos em voga. A Constituição Federal de 1988, a Lei n.º 9.478/97 e outras normas são aqui analisadas, ante a importância de seus preceitos. Também são esboçados possíveis cenários futuros, a partir do estudo dos projetos de lei para o gás natural ora em tramitação no Congresso Nacional, vez que, em cada projeto, esse ou aquele regime é contemplado em detrimento do outro. Estes escritos, portanto, têm como objetivo recomendar a adoção de um dos regimes como o mais adequado para a atividade de transporte do gás natural através de dutos, a partir de extensa pesquisa bibliográfica, tanto acerca dos institutos jurídicos da autorização e da concessão, bem como das características da indústria gasífera.

**Palavras-chave:** Gás natural; transporte; gasodutos; concessão; autorização.

## ABSTRACT

This study examines the transport of natural gas through pipelines, by analysis of the schemes and granting permission to apply it in the light of the Administrative Law Brazil. At first glance, it has been that the legislation established the system of authorization as the most suitable for this activity, while the outcry of the industry is precisely the diametrically opposite: the adoption of the system of concession to those interested in joining activity transport gas. This dichotomy directly influences the development of the industry in order that the permit is not able to give players in the industry the same legal likely to be achieved by concession. For this reason, this study provides the differentiation between the two regimes, taking it is based on the peculiarities inherent to the industry gasífera and by the analysis of regulatory controls in vogue. The Federal Constitution of 1988, Law nº 9.478/97 and other standards are reviewed here, before the importance of their precepts. They are also outlined possible future scenarios, from the study of the projects of law for natural gas now ongoing in the National Congress, as, in each project, or that the scheme is included at the expense of another. These writings, therefore, are intended to recommend the adoption of one of the schemes as the most appropriate for the activity of transporting natural gas through pipelines, from extensive literature search, both on the legal institutions and the granting of the authorization, and the characteristics of the industry of gas.

**Keywords:** Natural gas; transportation; pipelines; grant; authorization.

## AGRADECIMENTOS

Ao professor Eledir Sobrinho, pela paciência e pela abnegação em me orientar nesta jornada.

Aos professores Yanko Xavier e Otacílio Neto, dedicados mestres do Departamento de Direito do Petróleo, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), que, mesmo à distância, ou em encontros furtivos, contribuíram imensamente para a elaboração desta dissertação.

Ao professor Luiz Pontes, coordenador do curso de Mestrado em Regulação da Indústria de Energia, por ter acreditado na concepção deste trabalho.

Aos colegas do curso de Mestrado em Regulação da Indústria de Energia, por se fazerem presentes não só em termos acadêmicos, mas também se revelando verdadeiros amigos.

A todos os professores do curso do Mestrado em Regulação da Indústria de Energia, pelas valiosas lições acadêmicas e pelos imensuráveis ensinamentos para a vida.

Ao Programa de Recursos Humanos n.º 23, da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), pelo patrocínio durante o curso, bem como pela oportunidade de participação em congressos e outros eventos que muito me engrandeceram e me fizeram trocar conhecimentos com estudiosos de outras plagas.

Por fim, aos meus familiares e a minha noiva, de cujo apoio muito dependi para a concretização desta jornada. Sua paciência e amparo nos momentos de dificuldade para concepção deste trabalho possuem um valor inestimável.

Muito obrigado por possibilitarem essa experiência indescritível.

“[...] As cousas árduas e lustrosas  
Se alcançam com trabalho e com fadiga;  
Faz as pessoas altas e famosas  
A vida que se perde e que periga,  
Que, quando ao medo infame não se rende,  
Então, se menos dura, mais se estende.”

**Luís Vaz de Camões**  
(Os Lusíadas, Canto IV, estrofe 78)



## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>10</b>
<b>2</b>	<b>EXPANÇÃO DA A ATIVIDADE DUTOVIÁRIA DE TRANSPORTE DO GÁS NATURAL NO BRASIL: ENTRAVES E DESAFIOS</b>	<b>13</b>
2.1	A REESTRUTURAÇÃO DA INDÚSTRIA DO PETRÓLEO E SEUS IMPACTOS PARA A INDÚSTRIA DO GÁS NATURAL	13
2.2	CARACTERÍSTICAS DA ATIVIDADE DE TRANSPORTE DO GÁS NATURAL E SUA ORGANIZAÇÃO NO BRASIL	22
2.3	ENTRAVES E DESAFIOS JURÍDICOS DA ATIVIDADE DE TRANSPORTE DO GÁS NATURAL	24
<b>3</b>	<b>ORDENAMENTO LEGAL CONCERNENTE AO TRANSPORTE DO GÁS NATURAL</b>	<b>28</b>
3.1	SERVIÇO PÚBLICO E ATIVIDADE ECONÔMICA	28
3.2	NATUREZA JURÍDICA DA ATIVIDADE DE TRANSPORTE DUTOVIÁRIO DO GÁS NATURAL	32
3.3	A CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1998, A LEI N.º 9.478/97 E O TRANSPORTE DO GÁS NATURAL	34
<b>4</b>	<b>OS REGIMES DE CONCESSÃO E AUTORIZAÇÃO À LUZ DO DIREITO PÁTRIO</b>	<b>37</b>
4.1	A EMENDA CONSTITUCIONAL N.º 9/95, A ABERTURA DOS MERCADOS E A ADOÇÃO DA AUTORIZAÇÃO COMO	

INSTITUTO JURÍDICO PARA O TRANSPORTE DO GÁS	37
4.2 OS CONTRATOS DE TRANSPORTE DO GÁS NATURAL: BREVE ANÁLISE	39
4.3 OS REGIMES DE AUTORIZAÇÃO E DE CONCESSÃO NA DOCTRINA	41
<b>5 REGIME JURÍDICO DO TRANSPORTE DUTOVIÁRIO DO GÁS NA LEGISLAÇÃO VIGENTE E NOS PROJETOS DE LEI PARA O SETOR</b>	<b>47</b>
5.1 LEGISLAÇÃO E REGIME JURÍDICO VIGENTES	47
5.2 OS REGIMES PREVISTOS NOS PROJETOS DE LEI PARA O SETOR	50
<b>6 CONCLUSÃO</b>	<b>60</b>
<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>64</b>